

FICHA TÉCNICA

[www.manuscrito.pt](http://www.manuscrito.pt)  
[facebook.com/manuscritoeditora](https://facebook.com/manuscritoeditora)

© 2015

Direitos reservados para Letras & Diálogos,  
uma empresa Editorial Presença,  
Estrada das Palmeiras, 59  
Queluz de Baixo  
2730-132 BARCARENA

Título original: *1415 A Conquista de Ceuta*  
Autores: *João Gouveia Monteiro e António Martins Costa*  
Copyright © João Gouveia Monteiro, 2015  
Copyright © António Martins Costa, 2015  
Copyright © Letras & Diálogos, 2015

Capa: *C&P Design*

Imagem de capa © Stephen Mulcahey/Arcangel Images

Mapas: *Ana Sena*

Composição, impressão e acabamento: *Multitipo — Artes Gráficas, Lda.*

ISBN: 978-989-8818-04-1  
Depósito legal n.º 394 666/15

1.ª edição, Lisboa, julho, 2015

## ÍNDICE

Prefácio .....	9
I PARTE – A CONQUISTA .....	13
4. <sup>a</sup> -feira, 24 de julho de 1415: reunir a frota .....	17
5. <sup>a</sup> -feira, 25 de julho: zarpar em dia de São Tiago .....	29
De 26 de julho a 14 de agosto: entre o estreito e Barbaçote .....	42
De 14 a 18 de agosto: atribulações no mar do meio .....	46
Falando de Ceuta e do que havia mais ao largo .....	48
19 e 20 de agosto (2. <sup>a</sup> e 3. <sup>a</sup> -feiras): o tempo das decisões	52
4. <sup>a</sup> -feira, 21 de agosto: a madrugada do dia D .....	55
21 de agosto, ao início da manhã: preparando as armas e as almas .....	57
21 de agosto, a meio da manhã: é agora ou nunca! .....	60
21 de agosto, ao final da manhã: a tomada da Almina ....	62
21 de agosto, ao início da tarde: lutar em todas as ruas ....	64
21 de agosto, a meio da tarde: o Infante em apuros .....	67
21 de agosto, ao final da tarde: um castelo abandonado .	71
A noite de 21 para 22 de agosto: festejos, prantos e despojos .....	75
Os dias seguintes: agradecer a Deus e galardoar os bravos	79
Manter ou abandonar a cidade? .....	82
Governador, procura-se! .....	85

A primeira guarnição .....	90
Despedidas amargas .....	93
O regresso a Portugal .....	95
II PARTE – E DEPOIS DO ADEUS? .....	99
Um debate historiográfico .....	103
A hora de defender .....	108
Táticas e técnicas de um astuto capitão .....	112
Viver em Ceuta .....	117
Os acontecimentos de 1416 .....	125
A ofensiva muçulmana de 1418 .....	129
O cerco de 1419 .....	134
Lá vêm os infantes .....	138
Entre escaramuças e visitas a Portugal .....	141
A hora do render da guarda .....	145
Angariar verbas para Ceuta .....	148
Mobilizar homens para servirem em Ceuta .....	153
Recompensas e histórias de vida .....	162
O abastecimento de Ceuta .....	168
O povoamento da praça e o controlo dos arredores .....	176
A importância dos apoios espirituais .....	179
Cativos, resgates e alfaqueques .....	181
Conclusão .....	186
Notas .....	188
Fontes e Bibliografia .....	211
Chave das Siglas e Principais Abreviaturas .....	219

## PREFÁCIO

Este livro procura corresponder a um desafio, veiculado pela mão sempre amável da Dra. Sofia Monteiro, para nos associarmos às comemorações dos 600 anos da tomada de Ceuta pelos portugueses. Depois do muito que já se escreveu — e que decerto se escreverá ainda este ano — sobre o assunto, não era tarefa fácil propor uma obra original e que acrescentasse alguma informação valiosa sobre aquela que foi uma das mais aparatosas e longamente preparadas campanhas militares da Coroa portuguesa durante toda a Idade Média. O desafio tornou-se ainda mais exigente quando me foi explicado que a editora gostaria que o livro estivesse desde cedo centrado na operação iniciada em 25 de julho de 1415, dia de São Tiago (com a partida da frota de Santa Catarina, rumo a Lagos), evoluindo a partir daí num registo quase cinematográfico, dia a dia ou até «hora a hora», no que à data da conquista (21 de agosto) diz respeito...

Ponderadas as diversas facetas do problema, pareceu-me interessante dar à mais famosa narrativa de Gomes Eanes de Zurara (a *Crónica da Tomada de Ceuta*) um relevo especial e acessível ao grande público. Em boa verdade, ninguém pode ousar reconstituir a operação de 1415 sem se apoiar fortemente neste relato, o mais detalhado e completo de todos os que se conhecem sobre o acontecimento. Assim, a primeira parte deste livro constitui uma evocação ficcionada da primeira conquista africana dos portugueses pelo próprio cronista e guarda-mor

da Torre do Tombo, por mim colocado numa posição de voz *off*, como quem, já no outono da sua vida, recorda esses dias agitados mas felizes. Ao lado de Zurara, introduzi uma outra voz, que com ele dialoga de forma regular: a de João Gomes da Silva, alferes-mor do rei, uma das figuras mais importantes da primeira corte avisina, um respeitado conselheiro de D. João I e uma testemunha presencial da expedição. Uma terceira personagem completa o núcleo duro desta evocação: o infante D. Henrique, informador privilegiado de Zurara, seu amigo pessoal e, sem dúvida, o principal herói da *Crónica da Tomada de Ceuta*.

A partir das recordações destes três homens, fui construindo o meu texto, desde o dia em que a armada se concentrou no Restelo (a 24 de julho de 1415) até à data do regresso da frota ao Algarve, já em setembro do mesmo ano, consumada que estava a conquista e decidida que fora, pelo rei, a manutenção da praça africana. Decidi, porém, não terminar aqui o meu trabalho: a dimensão do empreendimento e as consequências — de vária ordem — que ele veio a ter na história portuguesa pareceram-me exigir que o livro tivesse uma segunda parte, num registo menos literário e mais convencional, toda ela dedicada à análise da problemática da manutenção da cidade de Ceuta em mãos portuguesas, ao longo das décadas posteriores a 1415.

Para isso, servi-me não apenas de uma outra narrativa de Gomes Eanes de Zurara (a *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*), de uma descrição de Ceuta feita pelo autor muçulmano Mohâmede ben Alcácime (em língua árabe, em 1422) e de diversa bibliografia moderna sobre o assunto (com destaque para os estudos de Luís Miguel Duarte, Isabel/Paulo Drumond Braga e António Dias Farinha), mas sobretudo de cerca de uma centena de documentos medievais portugueses que recolhi maioritariamente nas seguintes fontes: chancelarias régias,

capítulos (gerais e especiais) de Cortes, *Monumenta Henricina* (direção e organização de A. J. Dias Dinis) e *Documentos das Chancelarias Reais Anteriores a 1531 Relativos a Marrocos* (edição de Pedro de Azevedo).

Com base nestes materiais, tentei proceder a uma revisão e sistematização do problema da conservação da praça norte-africana entre 1415 e os meados de Quatrocentos: formas de organização da defesa da cidade; tipo de guerra praticado; resistência às investidas muçulmanas de 1416, 1418 e 1419; angariação de verbas para a proteção do enclave; mobilização de pessoas para integrar a guarnição africana; recompensas atribuídas a quem se dispunha a servir em Ceuta; reunião e transporte de víveres, de materiais, de armas e de cavalos para o abastecimento da cidade; povoamento da praça; apoios espirituais concedidos pela Santa Sé; organização do sistema de resgate dos cativos portugueses em África; entre outros aspetos.

No seu conjunto trata-se, portanto, de um livro não apenas sobre a conquista de Ceuta, mas também sobre o lugar que esta cidade ocupou na vida política e social portuguesa ao longo de perto de meio século. Oxalá tenha sido capaz de conciliar harmoniosamente as duas vertentes e de mostrar que Ceuta pode ser vista não apenas como um marco decisivo na história da jovem segunda dinastia portuguesa, mas também como um palco em que tiveram lugar histórias de vida muito tocantes por parte daqueles que constituíram o rosto da primeira presença portuguesa no Norte de África.

Para construir este trabalho, tive o gosto e o proveito de poder contar com a companhia e a cumplicidade do mestre António Martins Costa, a quem devo numerosas sugestões de leitura bibliográfica e de consulta de fontes, uma releitura atenta do meu texto e, não menos importante, um valioso dossiê iconográfico, composto com base na consulta de muitos elementos sobre a topografia antiga e moderna da cidade,

reforçada por uma visita presencial a Ceuta e por um intercâmbio epistolar intenso com o arqueólogo local Fernando Villada, do Instituto de Estudios Ceutíes, a quem estamos ambos muitíssimo gratos. Ao meu querido amigo Dr. José Morais, agradeço também a leitura atenta da primeira versão deste trabalho.

Cernache, março de 2015  
João Gouveia Monteiro

I PARTE  
A CONQUISTA

... E foi assim que o infante D. Henrique, intrépido e ávido de ganhar naquele dia as suas esporas de cavaleiro, avançou em direção ao castelo. Baixou a viseira do seu bacinete, embracou o escudo que trazia e pôs em fuga um grupo de mouros que perseguia as centenas de cristãos que tinham logrado forçar a entrada pela Almina. Na Rua Direita, encontrou uma porta reforçada por uma barbacã, o que lhe deu um bom pretexto para testar a fortaleza dos seus membros grossos e viris, no auge das suas vinte e uma primaveras. A investida foi tal que os inimigos se tiveram de abrigar na junção de três muros, desencadeando a partir daí um contra-ataque apoiado. Nessa altura, Henrique já só podia contar com a ajuda de 17 homens da sua coluna de ataque, pois a sede, o cansaço e a ganância do saque tinham deixado os restantes para trás. Ainda assim, aguentou ali, estoicamente, durante duas horas e meia.

Isso não foi, porém, suficiente para saciar o desejo de glória do Infante: repelidos os adversários, decidiu avançar com apenas quatro companheiros — Álvaro Fernandes Mascarenhas, Vasco Esteves Godinho, Gomes Dias de Góis, todos eles servidores da sua Casa, e Fernão Álvares, um escudeiro do rei que queria muito bem a D. Henrique e que tinha vontade de se colocar ao seu serviço. Mas aí onde eles se foram meter! Entre uma porta colocada junto à robusta muralha coroada por duas filas de ameias e uma torre de estrutura abobadada munida de aberturas para o despejo de pedregulhos e de líquidos incendiários pelos sitiados, saía um caminho estreito que partia de uma segunda entrada e que conduzia os assaltantes entre o muro e a

*barbacã, até se chegar a uma terceira porta. A concentração de guerreiros era ali de tal ordem que os de dentro receavam lançar pedras sobre os cristãos, com medo de acertarem nos seus próprios homens... Junto à terceira porta, o combate tornou-se especialmente rijo, com os mouros a meterem as suas azagaias (lanças curtas) rente ao solo, de maneira a ferirem as pernas dos nossos combatentes. A situação tornou-se desesperada e quem se apercebeu do perigo deu logo o Infante por morto. A notícia correu célere e chegou aos ouvidos de D. João I, que reagiu de coração apertado à ideia da perda do filho, sem contudo deixar de salientar que o mais importante era que ele tinha morrido honradamente, no cumprimento do seu ofício de homem de armas<sup>1</sup>.*

Isto contou-me João Gomes da Silva, alferes-mor do rei e um dos participantes na expedição, quase três décadas depois da grande conquista<sup>2</sup>. Infelizmente, eu, Gomes Eanes de Zurara, guarda-mor da livraria real e do arquivo da Torre do Tombo, incumbido por el-rei D. Afonso V de escrever a crónica deste feito, não tive possibilidade de participar na campanha de 1415<sup>3</sup>. Por isso, restou-me recordá-la em livro, na certeza de que a única coisa que verdadeiramente resiste ao tempo é a escrita e que, através dela, os bons feitos de armas serão sempre lembrados e quem os praticou poderá acalantar a esperança de receber por eles um legítimo galardão. Agora, já velho e cansado, recordo com saudade os dias felizes mas trabalhosos em que, depois de estudar numerosos documentos e conversar com diversos anciãos, compus essas longas páginas.

#### 4.<sup>a</sup>-feira, 24 de julho de 1415: reunir a frota

A animação era grande no Restelo, com a concentração da imensa armada portuguesa, que fazia os últimos preparativos para se lançar ao mar, rumo a um destino ainda desconhecido da maioria dos participantes. O caso não era para menos: fazia três ou quatro anos que o rei D. João I, a rainha D. Filipa de Lencastre, os seus filhos mais velhos (os infantes Duarte, Pedro e Henrique) e um pequeno núcleo de colaboradores e conselheiros da corte (com destaque para o condestável Nuno Álvares Pereira, o alferes-mor João Gomes da Silva, o prior do Hospital, Álvaro Gonçalves Camelo, o capitão-mor, Afonso Furtado, o vedor da fazenda, João Afonso de Alenquer, o escrivão da puridade, Gonçalo Lourenço de Gomide, e o escrivão da câmara do rei, Gonçalo Caldeira) guardavam religiosamente um segredo que intrigava metade da Europa.

Contou-me João Gomes da Silva que, quando se assinaram as pazes entre Portugal e Castela, em outubro de 1411, em Ayllón (Segóvia), na sequência de uma embaixada em que ele próprio participou (na companhia de Martim do Sem, governador da Casa de D. Duarte, e do Dr. Beliago, deão da Sé de Coimbra), o rei português respirara de alívio. É certo que o novo monarca castelhano, D. João II, era ainda uma criança

quando lhe morreu o pai, D. Henrique III<sup>4</sup>, mas os seus tutores — a rainha viúva, D. Catarina de Lencastre, irmã da nossa D. Filipa, e o tio D. Fernando de Aragão — pareciam sinceramente dispostos a preservar uma paz por que os povos já ansiavam e que, se Deus quisesse, haveria de ser ratificada quando o jovem monarca castelhano atingisse a maioridade e pudesse governar o reino vizinho<sup>5</sup>. Tudo foi assinado e confirmado entre as partes, e devidamente apregoado em ambos os reinos, como eu pude confirmar nos documentos à minha guarda no arquivo da Torre do Tombo.

Sucedeu, porém, que nem todos se alegraram com o pregão que anunciava o termo de uma longa e desgastante guerra luso-castelhana iniciada há quase três décadas (já para não falar nas guerras fernandinas que a antecederam). É que, se as gerações mais velhas e sensatas rejubilaram com a possibilidade de cultivarem as suas terras, de desenvolverem os seus negócios ou de armarem os seus navios em segurança, já muitos dos fidalgos e homens mais novos lamentavam a chegada da paz e receavam ver comprometida a sua oportunidade de alcançarem honra, proveito e glória em novas aventuras militares; achavam que a velha geração de Aljubarrota estava esgotada pelo cansaço acumulado em campanhas sem fim e que só pensava agora em descansar à sombra dos louros conquistados, condenando os jovens ao imobilismo ou forçando-os a procurarem outros reinos e cenários para se cobrirem de iguais louros<sup>6</sup>.

Quando compus a minha crónica, já muitos dos heróis de Ceuta tinham falecido, e nem todos os que ainda eram vivos nos anos de 1449 e 1450 se prestaram a falar. Mas, dos testemunhos que recolhi, sobretudo da boca do alferes-mor e do infante D. Henrique, em 1411 o velho monarca lusitano ainda acalentava alguma esperança de lavar em sangue muçulmano as mãos que cobrira de feridas nas guerras que travara contra os

castelhanos na Península Ibérica. Por isso, D. João I, *o da Boa Memória*, chegou a desafiar D. Fernando de Antequera para uma guerra conjunta contra Granada, o bastião muçulmano que sobrevivia no Sul da Hispânia, mas o regente de Castela não correspondeu ao pedido, de tão atarefado que andava com a disputa pelo trono aragonês<sup>7</sup>. Talvez então o monarca que vencera a batalha real nos campos de São Jorge tenha pensado que o futuro pertencia mais aos filhos do que a ele próprio, pois já tinha acima de 50 anos e façanhas suficientes para recordar<sup>8</sup>. Pensou, por isso, em armar os seus filhos mais velhos cavaleiros, na sequência de umas grandes festas que imaginava pudessem prolongar-se durante um ano inteiro, com a participação de fidalgos de todos os reinos cristãos e com um programa engalanado por notáveis justas e torneios, danças e outros jogos, para além de um banquete com abastança de boas carnes e vinhos<sup>9</sup>.

A PENÍNSULA IBÉRICA NO INÍCIO DO SÉCULO XV



Base: Fernando García de Cortázar, *Atlas de Historia de España*, Barcelona, Planeta, 2005, p. 259.

Os infantes (instigados pelo seu meio-irmão Afonso, conde de Barcelos), todavia, não se deram por satisfeitos. Contou-me D. Henrique que eles achavam que festas e folguedos eram coisas mais adequadas a mercadores e a filhos de cidadãos, e decidiram propor ao pai um projeto muito mais ambicioso. Naquele dia 24 de julho de 1415, a bordo das naus e das galés que se preparavam para zarpar, os infantes recordavam gostosamente a dificuldade que tinham tido para convencer D. João I a armá-los cavaleiros na sequência de um aparatoso feito de armas. Felizmente, o vedor da fazenda do rei, João Afonso de Alenquer, tivera a ideia de lhes propor um bom projeto: por que não atacar Ceuta, aonde o vedor enviara um criado seu resgatar alguns cativos e que, por isso, sabia ser uma cidade grande e rica, o que vinha mesmo a calhar para o reforço do tesouro régio, que vivia momentos de aflição<sup>10</sup>?

Segundo D. Henrique, o monarca começou por se rir da ideia, apesar de os filhos frisarem que o projeto constituiria grande serviço de Deus, acarretaria uma honra que só a guerra ofensiva pode conferir e permitiria armá-los cavaleiros com a dignidade necessária. O pai teve dúvidas e mandou chamar dois colaboradores próximos (Frei João Xira e o Dr. Vasco Pereira), juntamente com outros letrados e pessoas de quem se fiava, para se aconselhar. A resposta veio célere: o plano era meritório, pois o objetivo da paz não tinha de se aplicar às relações com gentes de outras crenças; pelo contrário, o exercício das armas pelos cristãos é especialmente louvado se for praticado contra os infiéis. Mesmo assim, D. João I hesitava, face à dimensão do projeto: onde é que se iria buscar o dinheiro, os barcos e os homens de armas indispensáveis a uma tal empresa do outro lado do mar? E como manter a praça após uma eventual conquista? E seria que os castelhanos, depois de conquistarem Granada, quereriam desferrar-se das humilhações sofridas em Portugal entre 1383 e 1411, atacando Ceuta? Em síntese: o melhor era abandonar a ideia<sup>11</sup>.

Os infantes, todavia, não se deram por vencidos e depressa voltaram à carga. Quanto ao dinheiro, alegaram que se podia comprar bens aos mercadores portugueses a preço de custo e revendê-los depois no estrangeiro, obtendo com isso bons ganhos em metal precioso, com o que se poderia cunhar moeda a câmbios favoráveis<sup>12</sup>; explicaram que uma gestão mais rigorosa das rendas da Coroa permitiria eliminar despesas supérfluas; e garantiram que muitos dos notáveis do reino conseguiriam assegurar, pelos seus próprios meios, os preparativos expedicionários das suas comitivas; além disso, o que o monarca pouparia nas sumptuosas festas que pensara organizar já daria para uma boa parte da viagem; quanto ao resto, não seria a primeira vez que o pai se metia numa grande e arriscada aventura sem ter ainda a certeza dos meios financeiros para a concluir...

No que dizia respeito aos navios, D. Pedro e D. Henrique contaram-me que responderam ao pai que se poderiam fretar nas costas da Galiza e da Biscaia, na Alemanha e em Inglaterra; se os armadores dessas paragens costumavam vir de boa vontade ao frete do sal, do azeite e dos vinhos, não deixariam de acorrer também para o transporte de tropas; além disso, podia-se reparar algumas galés portuguesas e mandar construir outras de novo, e mobilizar desde já as naus para que se preparassem; à medida que a notícia dos preparativos corresse por essa Europa fora, era provável que mais armadores estrangeiros se quisessem juntar à empresa. Gente de armas também não faltaria, mesmo não contando com aquela que teria de ficar a guardar as fronteiras, ainda que — com a paz com Castela recentemente assinada — não fosse nada provável que D. Catarina e D. Fernando quisessem violar os tratados<sup>13</sup>.

O rei ficou convencido e, apesar dos riscos, decidiu aprovar a expedição, tanto mais que percebia a grande vantagem de desviar os ímpetus bélicos dos cavaleiros das rixas internas ou

dos conflitos com Castela para o Norte de África — e isso, só por si, justificava a despesa que se viesse a fazer; e, quanto à manutenção da praça, logo se veria, seria o que Deus quisesse<sup>14</sup>! O monarca sentia também que uma grande operação contra os muçulmanos mereceria a aprovação e o elogio da Santa Sé e da cristandade em geral e que isso reforçaria a sua autoridade como chefe de uma nova dinastia, que chegara ao trono na sequência de uma árdua disputa interna e com Castela. Depois, se a missão fosse bem-sucedida, talvez o Algarve ficasse mais aliviado do corso e da pirataria muçulmanas, já que Portugal passaria a ter também uma palavra a dizer no controlo do estreito (de Gibraltar), numa altura em que Tarifa e Algeciras estavam por Castela, Gibraltar tinha a tutela de Granada e Ceuta se encontrava nas mãos da dinastia dos merínidas de Fez. Constava até que esta dinastia, que chegara ao poder em Marrocos na segunda metade do século XIII<sup>15</sup>, se encontrava bastante enfraquecida por divergências internas, o que decerto dificultaria o socorro a uma cidade de que D. João I ouvira já gabar o artesanato e, sobretudo, o comércio por mar (com cidades italianas como Génova, Pisa ou Veneza, mas também com a França e com os reinos peninsulares de Castela e Aragão) e por terra: o criado do vedor João Afonso explicara na corte que em Ceuta, em resultado da circulação das caravanas que vinham de outras regiões do Norte de África, se podia comprar escravos, cavalos, couros, peles, tapetes, lã e coral de altíssima qualidade, para além de cereais, açúcar, frutos secos e peixe salgado, podendo ali vender-se panos, pássaros de caça, metais, tecidos, especiarias, vinho, madeiras e armas, entre outros produtos<sup>16</sup>. Tudo somado, valia a pena arriscar o empreendimento, tanto mais que os infantes o desejavam ardentemente e muita outra fidalguia jovem ameaçava colocar-se ao serviço de Castela para alcançar a glória que só os feitos de armas conferem aos mais nobres.